

Viso · Cadernos de estética aplicada
Revista eletrônica de estética

ISSN 1981-4062

Nº 5, jul-dez/2008

<http://www.revistaviso.com.br/>

Viso.

A tempestade e a questão colonial
Fernando Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

A tempestade e a questão colonial

O objetivo deste artigo é pôr em questão alguns pontos basilares das assim chamadas interpretações pós-coloniais de *A tempestade*, de Shakespeare. Argumenta-se que, embora alguns dos tópicos tratados na peça possam ter relação com o colonialismo, ela não pode ser tomada como um texto que participa na discussão do século XVI sobre o empreendimento colonial. Uma leitura adequada da peça tem, ao contrário, de levar em consideração o contexto histórico, e em particular o público dos teatros londrinos nos primeiros anos do século XVII.

Palavras-chave: teatro – pós-colonialismo– Shakespeare

ABSTRACT

The Tempest and the colonial issue

The aim of this paper is to call into question the main tenets of the so-called post-colonial interpretations of Shakespeare's *The Tempest*. It is argued that, although some of the topics dealt with in the play may bear on questions related to colonialism, it cannot be regarded as a text that partakes in the sixteenth-century discussion on the colonial enterprise. An adequate reading of the play must rather take into account the historical context and particularly the audience of the London theatres of the first years of the seventeenth century.

Keywords: theater – post-colonialism – Shakespeare

RODRIGUES, F. “A *tempestade* e a questão colonial”.
In: *Viso: Cadernos de estética aplicada*, v. II, n. 5 (jul-
dez/2008), pp. 54-65.

DOI: 10.22409/1981-4062/v5i/65

Aprovado: 29.11.2008. Publicado: 29.12.2008.

© 2008 Fernando Rodrigues. Esse documento é distribuído nos termos da licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** (CC-BY-NC), que permite, exceto para fins comerciais, copiar e redistribuir o material em qualquer formato ou meio, bem como remixá-lo, transformá-lo ou criar a partir dele, desde que seja dado o devido crédito e indicada a licença sob a qual ele foi originalmente publicado.

Licença: http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR

Accepted: 29.11.2008. Published: 29.12.2008.

© 2008 Fernando Rodrigues. This document is distributed under the terms of a **Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International** license (CC-BY-NC) which allows, except for commercial purposes, to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material, provided the original work is properly cited and states its license.

License: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

O objetivo deste artigo é discutir alguns dos pontos basilares das assim chamadas leituras pós-coloniais de *A tempestade*.¹ Mostrarei que as fontes nas quais a peça de Shakespeare pode ter se baseado relacionam-se ao colonialismo, especialmente às tentativas inglesas de estabelecer uma colônia na Virginia. Em seguida, farei breve referência ao fato de que estava em curso um debate a respeito da legitimidade, ou conforme o caso a ilegitimidade, do empreendimento colonial à época em que *A tempestade* foi escrita e pela primeira vez encenada. Não apenas na Inglaterra, mas também na Espanha, vozes distintas apoiavam ou procuravam minar os objetivos do colonialismo. É importante mencionar este debate, pois as leituras pós-coloniais de *A tempestade* costumam tomar esta peça como pertinente a esta discussão. Em terceiro lugar, abordarei o discurso pós-colonialista, enfatizando a interpretação de *A tempestade* usualmente proposta por acadêmicos pós-colonialistas e levantando contra ela objeções. Apesar de não lograrem fornecer uma explicação adequada para a peça de Shakespeare, os críticos pós-colonialistas corretamente enfatizam a importância do contexto histórico para a leitura de textos literários (a afirmação de que o contexto é de suma relevância para o estudo de textos literários não é, evidentemente, característica apenas da abordagem pós-colonial). Por fim, procurarei mostrar, em linhas gerais, como poderia ser desenvolvida uma leitura adequada de *A tempestade* baseada no contexto. Por mais instrutivas que possam ser as leituras pós-coloniais – na medida em que chamam atenção para a relação, freqüentemente subestimada, entre texto e contexto histórico –, elas não são suficientes para explicar de modo apropriado o contexto histórico no qual se localizavam os autores e espectadores teatrais na Londres do início do século XVII.

I

Como se sabe, não existe nenhuma fonte confirmada para a trama geral de *A tempestade*.² Embora se possam estabelecer paralelos entre a peça de Shakespeare e *Die schöne Sidea*, de Jakob Ayrer (escrita antes de 1605), ou, igualmente, com as obras espanholas *Noches de Invierno* (1609), de Antonio de Eslava, e *Espejos de Príncipes y Caballeros* (1562), de Diego Ortuñez de Calahorra, nenhum destes três textos pode explicar a sua trama geral.³ Outra fonte mencionada com freqüência pode ser encontrada nos *scenari* da *Commedia dell'Arte*.⁴ Entretanto, os *scenari* que nos foram legados não foram escritos à época de Shakespeare, mas têm sua origem em uma data posterior, o que torna qualquer suposição a respeito de sua importância para *A tempestade* mera especulação. Pode-se tomar como fonte mais confiável a *History of Italy* (1549), de William Thomas, onde se menciona um duque de Milão chamado Prospero que, alijado do poder, consegue mais tarde reaver seu trono. Ainda assim, mesmo que diversos nomes de *A tempestade* possam ser encontrados nesta obra, a estrutura geral da história de Shakespeare não se confirma ali.

Se nenhuma fonte para a trama geral pode ser encontrada em textos anteriores, Shakespeare deve, por outro lado, diversos detalhes de *A tempestade* a textos não-ficcionais de sua época.⁵ O ensaio “Dos canibais”, de Montaigne, foi traduzido para o inglês em 1603 por John Florio e era familiar a Shakespeare. A utopia de Gonzalo (ato II, cena I, v. 143ff.) faz eco a posições que já estão presentes neste trabalho. Além disso, em 1609, Sir Thomas Gates e Sir George Summers naufragaram na costa das Bermudas a caminho do Novo Mundo, mas se salvaram e conseguiram retornar à Inglaterra. Este incidente atraiu muita atenção na época e foi abordado em diversos textos. Shakespeare certamente leu o *Discovery of the Barmudas* (1610), de Sylvester Jourdain, bem como o manuscrito da carta de William Strachey, “A true repertory of the wrack” (escrita em 15 de julho de 1610). As relações entre a tempestade que tem lugar na peça e o naufrágio na costa das Bermudas são conspícuas. O escrito apologético *True Declaration of the state of the Colonie in Virginia*, redigido pelo Conselho da Virgínia, também era conhecido por Shakespeare. Todas estas fontes deixam claro que elementos relacionados ao Novo Mundo e ao colonialismo estão presentes em *A tempestade*.

Contudo, o fato de que a peça de Shakespeare recorre a elementos de textos que podem ser considerados pertinentes à discussão sobre colonialismo e imperialismo não serve por si só de apoio à tese de que *A tempestade* é mais um texto que integra a controvérsia a respeito da legitimidade do colonialismo. Para compreender melhor o que foi essa controvérsia e avaliar que espécie de relação esta obra com ela mantém, ilustrarei brevemente os traços principais do discurso colonialista.

II

Durante a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII, foram produzidos diversos textos cujo tema principal era a questão do colonialismo. Muitos pretendiam justificar o empreendimento colonial; existem, entretanto, também vozes que sustentam a ilegitimidade do colonialismo. Richard Hakluyt foi um dos mais conhecidos defensores do colonialismo. Entre aqueles que o criticavam encontram-se Montaigne, o missionário dominicano espanhol Bartolomé de las Casas e o jurista espanhol Francisco de Vitoria.

A seguir, esboçarei brevemente as posições principais do debate. Enfatizarei os argumentos de Richard Hakluyt e Bartolomé de las Casas a favor e contra o colonialismo.

Richard Hakluyt (1552?-1616) é um dos mais conhecidos defensores do empreendimento colonial inglês na Era Elizabetana. Professor de geografia moderna em Oxford, escreveu diversos trabalhos sobre a Virgínia, assim como sobre as viagens inglesas à América do Norte. Seu mais importante livro, *The Principall Navigations, Voyages, and Discoveries of the English Nation, Made by Sea or Over Land, to the Most*

Remote and Farthest Distant Quarters of the Earth at any Time within the Compasse of the last 1500 Yeeres, publicado em 1589, encontra-se entre os primeiros escritos na Inglaterra a lidar com a assim chamada literatura da descoberta. Em seus textos, Hakluyt tencionava justificar o colonialismo, e apresentava para este fim diversos argumentos. Dentre eles, dois pareciam ser considerados pelo autor os mais fortes, a saber: a importância do colonialismo para melhorar o comércio e sua relevância para a difusão da Cristandade. Eles já estão presentes de modo inconfundível na dedicatória de suas *Principall Navigations*, consagrada a Sir Francis Walsingham, chefe de espiões da Rainha Elizabeth.⁶ Em outro texto do ano de 1585 – do qual um trecho foi reimpresso sob o título “Reasons for Colonization” em *The Tempest: A Case Study in Critical Controversy*, volume organizado por Gerald Graff e James Phelan – as razões alegadas para viajar para a América e conquistar o Novo Mundo são formuladas ainda mais explicitamente. O empreendimento colonial tem por objetivo:

A glória de Deus plantando a religião entre aqueles infiéis.
 O aumento da força dos cristãos.
 A possibilidade de aumentar, por meio deste empreendimento, os domínios da Excelentíssima Majestade da Rainha, e conseqüentemente de sua honra, de seus dividendos, e de seu poder.
 Uma ampla venda, no futuro, dos tecidos de lã da Inglaterra, especialmente daqueles mais grosseiros, para o sustento de nossos pobres, que, caso contrário, morreriam de fome ou se tornariam um peso para o reino; e também venda de uma variedade de nossos produtos na extensão daquela terra firme [...].
 Em troca, portanto, este reino deverá receber madeira, óleos, vinhos, lúpulo, sal e a maior parte dos produtos que recebemos das melhores partes da Europa, e devemos receber o mesmo mais barato [*better cheap*] do que recebemos agora [...].⁷

A preocupação de Hakluyt com o empreendimento colonial europeu era partilhada por alguns de seus contemporâneos, não apenas na Inglaterra, mas também em outros países, especialmente na Espanha. Entre aqueles que mantinham posições semelhantes à sua encontrava-se o filósofo e teólogo espanhol Juan Ginés de Sepúlveda (1494-1573). Como qualquer curso de ação tomado por indivíduos ou Estados que não seja baseado em um quadro ideológico já aceito, o empreendimento colonial carecia de justificação, e esta tarefa coube a textos como os de Hakluyt ou Sepúlveda. Mas a literatura que se ocupava do colonialismo não consistia unicamente em escritos justificando a conquista da América. Alguns autores levantaram suas vozes contra o empreendimento e criticaram-no duramente – por exemplo, Bartolomé de las Casas, do qual tratarei a seguir.

Bartolomé de las Casas (1484-1566) foi um padre dominicano espanhol que veio para a América como missionário. Sua experiência no Novo Continente fez com que ele se solidarizasse com os índios e denunciasse os abusos cometidos contra eles pelos colonizadores. Em seu livro *A Brief Account of the Destruction of the Indies* (1552), dedicado ao rei espanhol Filipe II, bem como em diversas cartas, las Casas descreve os massacres e atrocidades sofridos pelos índios na América Central. Em uma de suas cartas ao príncipe Filipe, ele se opõe explicitamente à posição de Sepúlveda, e deixa

claro que, do modo como estava sendo praticado na América, o colonialismo não podia ser justificado pela Igreja Cristã e não deveria ser admitido pelo governo espanhol:

[...] o que acontecerá quando homens maus (para os quais, como diz o provérbio, nada falta senão oportunidade) lerem que um acadêmico, doutor em teologia e historiador real publicou livros aprovando estas guerras criminosas e campanhas infernais e, por meio de seus argumentos de apoio, confirma e defende este “jamais antes ouvido” de crimes onde homens cristãos, esquecendo-se das virtudes cristãs, mantêm aquelas pessoas em escravidão, as mais infelizes de todas, que parecem ter escapado à ferocidade daquela raça cruelíssima por acaso, e não pela compaixão dos espanhóis?⁸

De acordo com las Casas, nem argumentos econômicos, nem religiosos poderiam justificar as práticas a que os europeus recorreram para conquistar o Novo Mundo. Um autor mais conhecido que também denunciou essas práticas foi, evidentemente, Michel de Montaigne, cujo ensaio “Dos canibais”, infelizmente, não terei tempo de discutir aqui.

Os textos de Hakluyt e las Casas são uma pequena amostra dos escritos que discutem a questão do colonialismo. Esta literatura foi produzida logo antes e durante a vida de Shakespeare, e é bastante provável que ele tenha tido contato com alguns destes textos, ou ao menos tivesse deles conhecimento. No que diz respeito a *A tempestade*, o problema é, entretanto: Estaria Shakespeare participando do debate colonial com esta peça?

III

As leituras pós-coloniais de *A tempestade* têm por ponto de partida a concepção de que esta peça é uma espécie de discurso que participa da controvérsia colonial à época de Shakespeare. Elas também procuram desvendar as posições ideológicas que a obra transmite. De acordo com esta interpretação, considera-se Prospero o colonizador, enquanto Caliban representaria o colonizado explorado. O fato de que Prospero é apresentado de modo positivo, ao passo que Caliban aparece como vilão, revelaria que o autor toma, no debate, o partido do colonizador.

Para apresentar com algum detalhe a interpretação pós-colonialista de *A tempestade*, exporei em seguida as idéias principais avançadas por Peter Hulme e Francis Barker nos artigos “Nymphs and Reapers Heavily Vanish: The Discursive Con-texts of *The Tempest*” e “‘The Vaste and New World of America’: English Literature of Discovery – 1589 – 1852 – 1992”, bem como no texto “This Thing of Darkness I Acknowledge Mine: *The Tempest* and the Discourse of Colonialism”, de Paul Brown.

Em uma passagem retirada de sua tese de doutorado defendida na Universidade de Sussex, Brown parece apresentar uma compreensão bastante clara daquilo que se pode esperar de uma leitura pós-colonial de *A tempestade*. Uma vez que a passagem

apresenta, de modo conciso, os principais pressupostos desta espécie de interpretação, permitir-me-ei uma citação mais longa:

Já foi reconhecido há bastante tempo que *A tempestade* evidencia traços do investimento britânico na expansão colonial da época [...]. Entretanto, ainda não foi realizada uma análise histórica e teórica consistente do envolvimento da peça no projeto colonial. Este capítulo pretende demonstrar que *A tempestade não é simplesmente um reflexo das práticas colonialistas, mas uma intervenção em um discurso ambivalente e até mesmo contraditório*. Esta intervenção assume a forma de uma narrativa forte e agradável que procura harmonizar a disjunção, transcender contradições irreconciliáveis e mistificar as condições políticas que reclamam o discurso colonialista.⁹

A partir deste texto, torna-se claro que Brown não afirma apenas que Shakespeare recorre a elementos contextuais relacionados ao discurso, produzido em sua época, que pretende legitimar o colonialismo. Sua posição é bem mais forte: ele defende a tese de que *A tempestade* é parte mesmo desse discurso.

Uma tese análoga é avançada por F. Barker e P. Hulme em seu artigo "Nymphs and Reapers Heavily Vanish: The Discursive Con-texts of *The Tempest*". De início, os autores chamam a atenção para a importância do contexto histórico quando se pretende compreender adequadamente um texto literário, e sugerem que "para falar do texto shakespeariano com loquacidade histórica, é necessário lê-lo com e dentro de séries de *con-textos*".¹⁰ Colocadas deste modo, estas observações dificilmente poderiam ser rejeitadas. Deixando-se de lado o número restrito de críticos que ainda empregam abordagens formais para a literatura, tais como o *New Criticism*, poucos estariam dispostos a negar a importância do contexto histórico para a interpretação de textos literários. Um texto é parte de toda uma cultura, de toda uma situação histórica. Barker e Hulme, contudo, não parecem se comprometer apenas com esta suposição fraca. Em uma nota, eles explicam que optam por escrever "con-textos com um hífen, para indicar uma ruptura em relação ao desequilíbrio da relação usual entre texto e contexto. Con-textos são *textos* por si próprios, *com os quais se deve ler*: eles não formam simplesmente um pano de fundo".¹¹ No que diz respeito a *A tempestade*, os autores argumentam mais adiante que "o conjunto das práticas ficcionais e vividas, às quais por conveniência nos referiremos pela expressão 'colonialismo inglês', provê os con-textos discursivos dominantes de *A tempestade*".¹² Em uma observação de caráter conclusivo, afirmam o objetivo perseguido em seu artigo:

Tentamos mostrar [...] de que modo uma abordagem a partir de uma teoria do discurso pode reconhecer *A tempestade* como, de modo significativo, uma peça imbricada no discurso do colonialismo; e como ela pode, igualmente, oferecer uma explicação para traços da peça ignorados ou subestimados [*occluded*] por práticas literárias que foram, conscientemente ou não, cúmplices de uma ideologia colonialista.¹³

Esta passagem mostra claramente que a interpretação de Barker e Hulme para a peça admite muito mais do que a afirmação trivial à qual fiz referência mais acima, a saber, a

de que um texto literário só pode ser compreendido em sua situação histórica. Quando se trata de identificar de que situação se trata, os autores avançam uma posição que não é nem de longe pouco controversa.

Como mencionei na parte II, é inegável que *A tempestade* recorreu a diversos elementos retirados de textos da época que tratavam diretamente do colonialismo inglês e, como acabei de mencionar, também parece correto que o contexto histórico detém grande importância para nossa interpretação da literatura.¹⁴ Essas duas suposições, entretanto, não permitem que se conclua, sem maiores considerações, que o contexto dominante de *A tempestade* é o colonialismo inglês, e que portanto sua principal questão é o empreendimento colonial. P. Brown, assim como F. Barker e P. Hulme, parecem todavia ter chegado a esta conclusão precipitada.

Não lidei em detalhe com os artigos selecionados como representantes da leitura pós-colonial de *A tempestade*. Para fazer justiça a eles, seria necessário enumerar seus argumentos e rejeitá-los um a um. Esta tarefa, contudo, estaria muito além do escopo deste artigo. Devo admitir, portanto, que as críticas lançadas contra as leituras pós-coloniais, sob a forma como se apresentam aqui, não podem ser consideradas conclusivas.

IV

Tendo enfatizado a importância do contexto, minha próxima pergunta é: O que poderia ser arrolado como um contexto adequado para *A tempestade*? Este problema foi levantado e tratado por críticos que colocaram em questão as leituras pós-coloniais. D. S. Kastan, em seu artigo “‘The Duke of Milan / And His Brave Son’: Old Histories and New in *The Tempest*”, avança uma instrutiva interpretação da peça de Shakespeare, a qual, por um lado, associa esta obra ao contexto político da Europa e, por outro, nega que ela seja parte do discurso colonial. Além deste artigo, poder-se-ia mencionar também “Shakespeare’s *Tempest* and the Discourse of Colonialism”, de D. Willis, ou “Discourse and the Individual: The Case of Colonialism in *The Tempest*”, de M. A. Skura. Por falta de espaço, terei de restringir-me aqui ao texto de Kastan.

O principal ponto mencionado pelos críticos que colocam em questão a interpretação pós-colonial diz respeito ao fato de que “os críticos pós-coloniais possuem limitações críticas análogas àquelas dos formalistas e dos historiadores tradicionais, especialmente uma tendência a ignorar ou distorcer detalhes da peça que não se encaixam em suas leituras de preferência”.¹⁵

Escolhi o texto de Kastan como representativo da interpretação que estou abordando nesta parte do artigo porque, dentre aqueles que põem em questão a interpretação pós-colonial sem recair em uma leitura formalista de *A tempestade*, este é o que apresenta de modo mais rico e convincente a situação política das eras Elizabetana e Jacobina.

Seu trabalho fornece ao leitor uma notável explicação do contexto e, deste modo, parece representar um exemplo a ser seguido do que deve ser uma análise adequada do contexto (especialmente o político) em torno de um texto literário.

Kastan inicia sua exposição reconhecendo que “a afirmação crítica da relação da peça com o empreendimento colonial nas Américas é hoje em dia aparentemente inevitável”.¹⁶ Mas argumenta em seguida que “é possível sugerir outros contextos, inclusive mais evidentes, e então se perguntar por que eles não aparecem para nós como o 'princípio articulatório' da peça, ainda que para sugerir simplesmente que a americanização de *A tempestade* pode ser, ela própria, um ato de imperialismo cultural”.¹⁷ O contexto alternativo no qual, segundo Kastan, *A tempestade* está situada é aquele do papel desempenhado pela Inglaterra na política européia: “A peça é muito mais obviamente uma peça sobre questões dinásticas européias do que sobre atividades coloniais européias”.¹⁸

Kastan provê, em seguida, um argumento a favor de sua tese, mostrando como as relações dinásticas estão presentes ao longo de todo o texto de *A tempestade*:

[...] as 'relações dinásticas' são desenvolvidas aqui [em *A tempestade*] de modo adequado, até mesmo notável. O acordo de Antonio com Nápoles, por meio do qual – em troca daquilo que Prospero chama 'homenagens e não sei quantos tributos' (1.2.124) – Alonso havia conferido 'a bela Milão, / Com todas as honras, a meu irmão' (1.2.126-27), claramente reserva a soberania milanesa para Nápoles, alienando o próprio filho de Antonio da sucessão.¹⁹

Estes eventos são apenas um exemplo de uma série de passagens em *A tempestade* que se referem explicitamente à sucessão real na Europa.

Mais interessante do que apontar isoladamente estas referências na peça é estabelecer conexões entre estes tópicos e o contexto da política européia. Um dos importantes eventos dinásticos reais na Inglaterra à época de James I foi a união da Princesa Elizabeth com o Príncipe Palatino. James decidiu-se por este matrimônio após pesar os prós e contras de outros candidatos. O público frente ao qual *A tempestade* foi encenada certamente conhecia estes fatos, como sustenta Kastan de forma convincente:

[...] para o público de *A tempestade*, quando a peça foi encenada na Corte em 1613, como uma das quatorze selecionadas para as festividades de casamento da filha do Rei, Elizabeth, com Frederick, o Eleitor Palatino (esta foi, deve-se observar, a segunda apresentação registrada da peça; a primeira foi na noite de “Hallowmas” de 1611 em Whitehall, frente a ‘ye kinges Maiestie’), seria mais provável que os eventos da peça evocassem questões políticas na Europa do que nas Américas.²⁰

Além de uma abrangente explicação dos eventos no texto e fora dele, um dos grandes méritos do texto de Kastan reside no fato de que ele considera o público alvo da peça um elemento contextual relevante, como a citação acima deixa claro. O argumento de Kastan, segundo o qual o público da peça estaria mais preocupado com os problemas

dinásticos na Europa e, em particular, na Inglaterra do que com o empreendimento colonial, me parece um ponto decisivo a seu favor e contra os leitores pós-coloniais.

A discussão acima não pretende prover uma interpretação nova e original de *A tempestade*. Seu objetivo é apenas apresentar e criticar a assim chamada leitura pós-colonial, e indicar uma outra possível análise baseada em contexto que parece mais plausível. Mesmo esta modesta tarefa não foi levada a cabo aqui com a devida precisão, pois para isto seria necessário um exame mais profundo dos textos nos quais me baseei, tarefa que não pude realizar por razões de espaço.

* **Fernando Rodrigues é professor adjunto do Departamento de Filosofia da UFRJ/PPGF.**

¹ Utilizo a edição Arden de *A tempestade* organizada por Frank Kermode. London: Methuen, 1986.

² Uma lista de possíveis fontes para a trama geral de *A tempestade* encontra-se em KLUGE, W. "Die Romanzen". In: SCHABERT, I. (org.) *Shakespeare-Handbuch*. Alfred Kröner: Stuttgart, 1992, p. 537; e KERMODE, F. (1954) "Introduction". In: SHAKESPEARE, W. *The Tempest*. Methuen: London, 1986, pp. LXIII ff.

³ Para uma discussão abrangente destas possíveis fontes, ver. KERMODE, F., op. cit., pp. LXIII ff.

⁴ "A *Commedia dell'Arte* veio à luz no século XVI como forma de drama profissional e popular, com personagens tipificados [*typed*] e mascarados que improvisavam os seus papéis a partir de esqueletos de tramas [*skeleton plots*], chamados *scenari*, embora o termo do século XVI fosse *soggetti*". Ibidem, p. LXVII.

⁵ Para uma discussão dessas fontes, ver KERMODE, F., op. cit., pp. XXVI ff.. Elas também são mencionadas em KLUGE, W., op. cit., pp. 537 ff.

⁶ Neste texto, Hakluyt faz referência a uma visita que fizera, quando garoto, a seu primo, M. Richard Hakluyt, o qual mostrara a ele um mapa das então conhecidas regiões do mundo, apontando para todos os lugares e "mostrando também seus produtos [*commodities*] especiais e necessidades particulares, *as quais são plenamente satisfeitas graças ao benefício do comércio [traffike] e às trocas com os comerciantes*" (apud HULME, P. "The Vaste and New World of America": English Literature of Discovery – 1589 – 1852 – 1992". In: *Annals do XXIV Senapulli*. s/d, p. 26). O mesmo M. Richard Hakluyt mostrou a Hakluyt a Bíblia, enfatizando uma passagem que afirma que "aqueles que vão para o mar em navios, e ocupam os grandes mares, estes vêem as obras do Senhor, e suas maravilhas nas profundezas, etc" (Ibidem).

⁷ HAKLUYT, R. (1585) "Reasons for Colonization". In: GRAFF, G.; PHELAN, J. (orgs.) *William Shakespeare: The Tempest – A Case Study in Critical Controversy*. St. Martin's Press: Boston, 2000, p. 125.

⁸ CASAS, B. de las: "Letter to Philip, Great Prince of Spain". In: GRAFF, G.; PHELAN, J. (orgs.), op. cit., p. 136.

⁹ BROWN, P. (1985) "This Thing of Darkness I Acknowledge Mine: *The Tempest* and the Discourse of Colonialism". In: GRAFF, G.; PHELAN, J. (orgs.), op. cit., pp. 205ff (meus itálicos).

¹⁰ BARKER, F; HULME, P. (1985) "Nymphs and Reapers Heavily Vanish: The Discursive Con-texts of *The Tempest*". In: GRAFF, G.; PHELAN, J. (orgs.), op. cit., p. 233.

¹¹ Ibidem.

¹² Idem, p. 236.

¹³ Idem, p. 234.

¹⁴ A atenção cada vez maior que o Novo Historicismo e o Materialismo Cultural vêm recebendo nas últimas décadas é um sinal claro de que os críticos estão buscando evitar as limitações das abordagens formais.

¹⁵ GRAFF, G.; PHELAN, J. (orgs.), op. cit., p. 255. Em sua introdução a *A tempestade*, publicada na série *The New Cambridge Shakespeare*, D. Lindley também chamou atenção para as limitações da interpretação pós-colonial da peça: “Mas se é uma peça sobre o colonialismo, Prospero é realmente um colonizador muito estranho. Ele não escolheu viajar até sua ilha, não tem interesse em fundar uma colônia [*outpost*] de Milão, nem qualquer vontade de transformar em produtos [*commodities*] comercializáveis as riquezas da ilha, que conheceu graças a Caliban – objetivos absolutamente centrais para a propaganda da Virginia” (LINDLEY, D. “Introduction to The Tempest”. In: SHAKESPEARE, W. *The Tempest*. Cambridge University: Cambridge, 2002, p. 36).

¹⁶KASTAN, D. S. (1999) “‘The Duke of Milan / And His Brave Son’: Old Histories and New in *The Tempest*”. In: GRAFF, G.; PHELAN, J. (orgs.), op. cit., p. 271.

¹⁷ Idem, p. 274.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Idem, p. 276.

²⁰ Idem, p. 277.